



## Observatório de Política Externa Brasileira

### **– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 49 Fevereiro – 2014**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo e Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.**

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;

Mestrandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES); Raphael Camargo Lima (bolsista CAPES);

Graduados em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: José Augusto Zague

Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Giovanna Ayres, Livia Peres Milani



## Observatório de Política Externa Brasileira

Ao longo do mês de fevereiro, os periódicos analisados por esse Observatório dedicaram-se principalmente à análise das relações comerciais internacionais e à postura do Brasil frente à crise na Venezuela. Além desses temas, foram abordadas as relações entre Brasil e Cuba, no que se refere ao programa federal Mais Médicos, bem como as condições atuais do Mercosul.

### **Relações Brasil e Cuba**

Os periódicos *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Veja* abordaram o programa federal Mais Médicos, o qual traz médicos de outras nacionalidades para trabalharem no Brasil, entre eles, médicos cubanos. Em editorial do dia 20 de fevereiro, *O Globo* afirmou que o governo brasileiro está utilizando o contingente de profissionais importados de Cuba como instrumento de política externa e de captação de divisas. De acordo com o jornal, o tratado bilateral é desastroso e insustentável, do ponto de vista legal e ético, em razão das condições cubanas aceitas pelo governo brasileiro, condições estas comparáveis ao escravismo.

Já *O Estado de S. Paulo*, em editorial do dia 16, afirmou que o governo brasileiro tem se submetido às exigências da ditadura cubana. Na edição do dia 12, a revista *Veja* criticou o programa e a posição brasileira. De acordo com a revista, o Brasil estaria adotando práticas escravagistas, pois apenas parte do dinheiro estaria sendo paga aos médicos e a maior parte iria para o governo cubano. Segundo uma médica cubana participante do Mais Médicos entrevistada pela *Veja*, o país já contratava médicos cubanos desde 2012, ao contrário de declarações de Dilma Rousseff. A *Veja* também apontou que o acordo com a Organização Panamericana de Saúde (Opas) teria sido feito apenas com a intenção de legitimar o processo, fazendo com que a contratação parecesse transparente. No dia 19, a revista voltou a acusar o Brasil de aliar-se à Cuba para acabar com a liberdade dos médicos cubanos no Brasil, visto que foram publicadas novas penalidades para os médicos que



## Observatório de Política Externa Brasileira

abandonarem o programa, como o pagamento de multas e o ressarcimento das ajudas de custo e das passagens aéreas.

Em reportagem do dia 5, a revista já havia abordado as relações de Brasil e Cuba, porém o assunto foi o financiamento do Porto Mariel por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A revista listou os argumentos do governo brasileiro para justificar o emprego dos 682 milhões de dólares do BNDES, mas defendeu que nenhum deles explica a razão da confidencialidade do acordo entre os governos. Para a revista, a escolha do país em aceitar o empréstimo na modalidade de garantia soberana apenas funcionaria se houvesse mecanismo de compensação de exportações entre os países, algo ausente em Cuba. Por isso, a probabilidade de calote seria grande.

*Veja* discorda de que o investimento tenha ajudado a economia brasileira, argumentando que o mesmo dinheiro investido diretamente nos portos nacionais traria ainda mais benefícios. Para a *revista*, o Brasil tem dificuldade em justificar a necessidade dos investimentos em Cuba e em Angola, por isso, classificou os contratos do BNDES como secretos, sem acesso inclusive do Congresso Nacional. De acordo com a revista, na ausência de transparência, o brasileiro teria o direito de desconfiar dos motivos e do conteúdo dos investimentos.

Os argumentos de que o Porto de Mariel será útil às empresas brasileiras pela criação de uma Zona Econômica de Desenvolvimento (ZED), com mais 290 milhões de dólares, e de que o Brasil estaria em posição privilegiada quando a economia cubana se abrisse são desconstruídos pela opinião de especialistas. Respectivamente, na visão do Professor Sérgio Lazzarini, da Escola de Negócios do Insper, que critica a dificuldade de entender o interesse brasileiro no projeto, e do historiador Manuel Costa Mória, que aponta o papel do porto para o fortalecimento do regime de Raúl Castro. Para a revista, a Apex não é capaz de apontar quais empresas brasileiras estariam interessadas na futura ZED. *Veja* finalizou sua crítica retomando a tese central de que enquanto não houver transparência sobre os



## Observatório de Política Externa Brasileira

interesses brasileiros em Cuba, a explicação mais plausível sobre os investimentos é que se tratam de um programa de amparo ao regime da Ilha.

### **Brasil frente à crise na Venezuela**

A postura do Brasil, Mercosul e Unasul relativamente aos recentes acontecimentos na Venezuela teve grande repercussão na imprensa escrita. O jornal *O Estado de S. Paulo* acusou o Mercosul de alinhar-se aos chavistas e tornar-se refém da ideologia bolivariana, visto que o bloco teria sido omissivo diante das violações cometidas pelo governo de Nicolás Maduro. O editorial publicado no dia 18 de fevereiro criticou o Mercosul por praticamente criminalizar os manifestantes envolvidos nos protestos e por não conclamar o governo de Maduro a respeitar o direito de protestar. Da mesma forma, a revista *Veja* condenou a passividade brasileira frente às atitudes do governo de Maduro. A revista também lembrou que o Brasil foi conivente com a nota divulgada pelo Mercosul que classifica os protestos na Venezuela como tentativas de desestabilizar a ordem democrática.

Assim como a *Veja*, *O Globo* criticou a conduta do bloco sul-americano. Em editorial do dia 20, o jornal ressaltou que o Mercosul tem apoiado o governo de Maduro e que o bloco desrespeitou sua cláusula democrática, como havia feito quando suspendeu o Paraguai para admitir a Venezuela. No dia 26, *O Globo* reiterou sua crítica ao bloco e acrescentou que as declarações da presidente brasileira, Dilma Rousseff, mostram uma visão distorcida de mundo, pois a mandatária estaria tentando justificar o autoritarismo a partir de avanços sociais. Para o jornal, a simpatia ideológica não pode tornar o Brasil cúmplice de atentados aos direitos humanos. *O Globo* concluiu que não se deve apoiar qualquer golpe na Venezuela, mas que seria necessária pressão internacional, liderada pelo Brasil, para impedir que Maduro radicalize o governo.



## Observatório de Política Externa Brasileira

Seguindo a crítica feita pelos demais jornais, a *Folha de S. Paulo* também ressaltou que a cláusula democrática do Mercosul deveria ser utilizada no caso venezuelano. O editorial do dia 23 argumentou que o documento divulgado pelo bloco apenas reproduzia o discurso de Maduro, mas não prezava pela defesa dos direitos humanos e que, portanto, o Brasil não deveria tê-lo assinado. A *Folha de S. Paulo* ainda destacou a afinidade ideológica entre o PT e Maduro e o crescimento da importância do comércio com a Venezuela como motivos que explicam a postura do Brasil. Entretanto, o jornal defendeu que ao manter o alinhamento automático com o governo de Maduro, a diplomacia brasileira se apequena.

O *Correio Braziliense*, em editorial do dia 20, assumiu uma posição mais moderada em relação ao assunto, mas argumentou que Mercosul e Unasul deveriam facilitar o diálogo entre as partes em conflito no país bolivariano, assim como ocorreu na tentativa de golpe contra Hugo Chávez, uma vez que a escalada da violência e o risco de ruptura institucional venezuelana também dizem respeito aos preceitos democráticos e institucionais dos blocos.

*Os questionamentos levantados pela maioria dos periódicos, fontes de análise para este observatório acerca da postura do Brasil e dos demais países sul-americanos frente à crise venezuelana são pertinentes ao contexto vivenciado pelos dois principais blocos regionais integrados por estes mesmos países. Observa-se um posicionamento de consenso entre países-membros em relação ao apoio aos governos democraticamente eleitos, muito embora com graves problemas sócio-políticos internos, refletidos nas conturbadas manifestações sociais dentre os quais se destaca a Venezuela. Por outro lado, esse consenso tácito é fruto, em grande parte, da aproximação ideológica entre os atuais governos locais, como apontado pelos periódicos, ocasionando contradições de interpretações sobre os ideais de democracia postulados nos protocolos dos blocos. Como consequência, corre-se o risco bem observado pelo *Correio Braziliense* de rompimento da ordem institucional em determinados países sul-americanos resultando em desestabilidade regional.*



## Observatório de Política Externa Brasileira

*Em relação ao tema das manifestações na Venezuela, é interessante notar que apesar de defender que o Brasil deve se posicionar favoravelmente aos manifestantes do país vizinho e criticar a postura de criminalização, O Estado de S. Paulo tem agido de forma semelhante ao que critica. No que se refere às manifestações nacionais, o periódico coloca-se de forma contrária aos manifestantes que utilizam a violência, referindo-se aos mesmos como vândalos, de forma a criminalizá-los. Assim, pode-se perceber que apesar de criticar o governo brasileiro por ser ideológico, o jornal também se deixa levar por sua ideologia. É preciso ter em conta, entretanto, que as manifestações, tem caráter e objetivos diferentes. Enquanto na Venezuela há uma vontade pela renúncia do governo, entre outras reivindicações, no Brasil as manifestações limitam-se, em grande parte, em expressar o descontentamento de certos grupos com as medidas e resultados apresentados pelo governo.*

*Por enquanto a posição brasileira frente aos problemas no país amazônico pode ser classificada como cautelosa, ao invés de omissa. As manifestações venezuelanas são muito voltadas para questões domésticas, tendo o Brasil a tradição de não se envolver em assuntos internos de outros países, o governo optou por acompanhar as posições tomadas em âmbito multilateral, como a nota apresentada pelo Mercosul.*

*Contudo, considerando que o Brasil almeja consolidar-se como líder regional, é de se esperar que alguma posição venha a se formar, dependendo dos desdobramentos da situação na Venezuela. Apesar de defender posições como a de não-intervenção, o Brasil tem adotado medidas que beiram a esse aspecto quando se julga que há interesses do país ou do governo. Dois exemplos recentes são as situações geradas pela deposição do ex-mandatário hondurenho, Manuel Zelaya, e do impeachment do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo.*

**Parcerias comerciais da política externa brasileira e atuação na OMC**



## Observatório de Política Externa Brasileira

Com relação ao tema das escolhas dos parceiros comerciais, em editorial publicado no dia 22 de fevereiro, o *Estado de S. Paulo* defendeu que uma das causas da perda de espaço brasileiro no comércio mundial de produtos de alta tecnologia é a equivocada priorização de parceiros comerciais. O periódico argumentou que o governo tem desprezado os principais parceiros, entre os quais os EUA, e não tem buscado acordos de livre-comércio. Ainda ponderou que os parceiros considerados prioritários, como a Argentina, ameaçam as exportações brasileiras e são menos exigentes no quesito tecnologia, o que desestimula investimentos industriais

No que se refere à atuação brasileira na OMC, em editorial publicado no dia 24 de fevereiro, o periódico *Correio Braziliense* destacou o pedido brasileiro para abrir um painel com comitê de arbitragem para analisar a nova legislação estadunidense referente à produção de algodão. De acordo com o jornal, a decisão brasileira foi acertada e o momento é adequado. O jornal ainda abordou as relações com a Europa e destacou que apesar da irritação inicial de Dilma Rousseff no que se refere ao questionamento feito pela Europa sobre a produção na Zona Franca de Manaus, a mandatária decidiu manter a sua vista ao continente. O jornal destaca que apesar destas divergências pontuais, não há grandes problemas no comércio com os EUA e a Europa. O *Correio Braziliense* concluiu afirmando que ao fazer uso dos mecanismos de resolução de controvérsias da OMC, o Brasil mostra maturidade diplomática e iniciativa na defesa dos interesses nacionais.

Já o *Estado de S. Paulo*, diverge da posição apresentada pelo *Correio*. No dia 18 de fevereiro, o periódico paulista analisou a política comercial e afirmou que o país lidera a criação de barreiras comerciais com a abertura de processos *antidumping*. O jornal assevera que a atual política econômica do governo tem tornado o mercado brasileiro menos competitivo no exterior e que nem o Mercosul está protegido, a despeito das elevadas tarifas impostas a exportadores de fora do bloco.

Ainda no que concerne ao Mercosul, em editorial do dia 16 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* citou a letargia do Mercosul para contrastar com



## Observatório de Política Externa Brasileira

os avanços da Aliança do Pacífico, coalizão formada por Colômbia, Chile, México e Peru. De acordo com o editorial, os projetos de integração do Mercosul se arrastam por mais de duas décadas, enquanto, por sua vez, progridem os acordos de integração econômica firmados entre os países que integram a Aliança do Pacífico. *O Estado de S. Paulo* afirmou que o Mercosul prioriza o estatismo e a ideologia ao livre-comércio, criminaliza o lucro e condena a região ao atraso econômico. Além disso, o jornal cita que o bloco sul-americano está cada vez mais atado ao bolivarianismo e ao atraso ideológico, que hostiliza investimentos estrangeiros, levanta barreiras comerciais e não possui bom relacionamento com a Europa e, principalmente, com os EUA. O editorial atesta que a prova disto é a permanência da Venezuela como presidente rotativo do bloco. Para reforçar sua crítica, o editorial cita que os países membros do Mercosul figuram entre os últimos colocados no ranking do Banco Mundial que analisa o ambiente de negócios na América Latina.

*Nos periódicos analisados pelo Observatório, verifica-se divergência de visões sobre os caminhos da diplomacia brasileira. O Estado de S. Paulo entende que o Brasil tem feito escolhas erradas de parceiros comerciais e que o Mercosul perdeu sua função econômica, sendo regido apenas pelo viés ideológico e estatista. Para o jornal, a política externa brasileira tem deixado de lado importantes parceiros, como os EUA e a Europa. O Correio Braziliense, por sua vez, entende que não há problemas no relacionamento do Brasil com os EUA e a Europa, a despeito de divergências pontuais.*

*Observa-se que o Estado de S. Paulo entende que os interesses econômicos brasileiros encontram-se na aproximação econômica com os grandes centros econômicos, os EUA e a Europa. Há, portanto, uma crítica implícita às aproximações do Brasil com os países em desenvolvimento empreendidas nas últimas décadas. O Correio Braziliense, por sua vez, possui uma visão mais moderada. Parece reconhecer a importância de outras*



## Observatório de Política Externa Brasileira

*parcerias e não vê problemas desenvolvendo-se nos relacionamentos bilaterais entre Brasil, União Europeia e os EUA.*

*No que concerne ao Mercosul, desde que o bloco passou a manifestar suas intenções de transformar-se em algo mais amplo que uma união aduaneira, ou seja, tornar-se um grupo que congrega interesses políticos, comerciais e econômicos, os editoriais do Estado de S. Paulo tem criticado as posições brasileiras em relação ao bloco.*

*De fato, congregar interesses diversos de atores tão complexos é algo não necessariamente fácil e requer muitas negociações e tempo para ajustá-los. Os atuais objetivos do bloco vão além de acordos comerciais, algo pouco considerado pelos editoriais do Estado de S. Paulo*

### **Relações do Brasil e do Mercosul com a União Europeia**

Outro assunto analisado pelo *Estado de S. Paulo* refere-se à reunião de cúpula entre Brasil e União Europeia (UE) e à negociação de um acordo de livre comércio entre Mercosul e UE. Em editorial publicado no dia 26 de fevereiro sobre a cúpula, o periódico afirmou que houve retórica e promessas de cooperação, mas não houve avanços concretos na negociação. De acordo com o jornal, enquanto as grandes potências negociam acordos comerciais, o Mercosul continua fora do grande jogo comercial. O periódico argumentou que o Brasil está amarrado ao Mercosul, cujo ritmo é determinado pela Argentina, a qual tem impedido acordos de integração comercial e dificultado as trocas no interior do bloco. O *Estado de S. Paulo* ainda argumentou que atualmente o Brasil tem que se preocupar também com o comércio intra-bloco, pois a crise na Argentina e a nova política cambial irão resultar em prejuízos ao Brasil.

Em outro editorial publicado no mesmo dia, o *Estado de S. Paulo* criticou o discurso feito pela presidente brasileira, Dilma Rousseff, na cúpula União Europeia–Brasil. De acordo com o periódico, o discurso continha frases inacabadas, ideias sem sentido e períodos incompreensíveis. O periódico



## Observatório de Política Externa Brasileira

concluiu afirmando que Rousseff agiu de maneira arrogante e não se preparou o suficiente para defender os interesses nacionais.

Os temas comerciais também foram abordados pela revista *Carta Capital*, que em artigo publicado no dia 19 de fevereiro, ressaltou a visita que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, faria à Austrália para a reunião do G-20. Segundo a revista, Mantega dará continuidade aos esforços que a presidente Dilma Rousseff fez no Fórum Econômico Mundial de Davos a fim de convencer a comunidade financeira de que o Brasil está no caminho certo e determinado a fazer o ajuste fiscal necessário. A *Carta Capital* também argumentou que o país tem tempo suficiente para mostrar que é capaz de administrar com prudência sua política fiscal, apesar do clima de desconfiança que se procura estimular em relação ao Brasil.

*Vale lembrar que Guido Mantega acabou cancelando a viagem à reunião do G-20. Com esta postura, o governo perdeu a oportunidade de persuadir a comunidade financeira, como havia feito em Davos. Portanto, as previsões da Carta Capital sobre a postura do ministro no G-20 acabaram não se concretizando, visto que o Brasil decidiu cuidar de assuntos econômicos no âmbito interno.*

### **Linhas gerais da política externa brasileira**

No editorial da seção *Carta ao Leitor*, publicado no dia 05 de fevereiro de 2014, a revista *Veja* teceu severas críticas à política externa brasileira. Para o semanário, o Brasil teria perdido, no início do ano, oportunidades excepcionais de se diferenciar de nações como Argentina e Venezuela, as quais são classificadas de inviáveis, desprovidas de justiça funcional, sistema político sadio e instituições sólidas

Para a *Veja*, esse era o momento de o Brasil mostrar para a comunidade financeira internacional que é uma referência de estabilidade, serenidade e compromisso com o desenvolvimento e o progresso social da América Latina. Porém, a revista considerou que o governo brasileiro não soube perceber tal



## Observatório de Política Externa Brasileira

oportunidade, mostrando uma série de atos desconexos que poderiam prejudicar a imagem do Brasil, como o redundante e insuficiente discurso da presidente Dilma Rousseff no Fórum Econômico Mundial, sua controversa visita a Portugal e a inauguração do Porto de Mariel, em Cuba

*Veja* ainda destacou que o Brasil não demonstra interesse em engajar-se no grupo das nações competitivas e industrializadas, por isso o país é visto com menor potencial do que outros latino-americanos como Peru, México, Colômbia e Chile. O semanário concluiu que a diferença entre o Brasil e esses países latino-americanos não seria de grau, mas de natureza, pois esses países teriam abandonado as elevadas cargas de atraso para se inserir no que a revista classifica como corrente civilizatória, baseada na economia de mercado como motor do desenvolvimento. Em suma, a revista defendeu que o Brasil não foi capaz de diferenciar-se de seus pares sul-americanos em momentos importantes, como o Fórum Econômico Mundial e em sua viagem à Cuba.

*Observa-se que a Veja entende as situações da maior parte dos países sul-americanos como uma situação de atraso, de “barbárie”. A visão da revista de “civilização” ou de “modernização” parte da economia de mercado como motor do desenvolvimento. Por isso, para o periódico, países como Peru, México, Colômbia e Chile são aqueles que estão inserindo-se mais na corrente civilizatória, dadas suas escolhas de política externa prevalecendo o livre-mercado.*

*As críticas da revista reproduzem a ideia de panaceia, representada pelo livre-mercado e os acordos de livre comércio. Países como Colômbia, Peru e Chile, com suas diferenças pontuais, não passaram por um processo de industrialização, como ocorreu no Brasil. São países que tem economia centrada na exploração e venda de commodities agrícolas e minerais, ao buscar acordos comerciais ou liberalizar suas economias tem pouco a perder, no quesito industrial.*



## Observatório de Política Externa Brasileira

*O Brasil tem um grande mercado interno, que é atendido em sua maior parte, por produtos fabricados no país. Abrir indiscriminadamente a economia brasileira pode significar a completa desindustrialização do país, processo que tem se acentuado nos últimos anos, com a concorrência dos produtos chineses. O caso mexicano tem um componente de proximidade geográfica com o maior mercado consumidor mundial, os Estados Unidos. A opção que o México fez ao se inserir na cadeia produtiva global por meio do NAFTA, como pólo industrial de montagem final de produtos (maquiladoras), tornou indispensável a abertura comercial e a liberalização da economia, por meio da diminuição dos impostos de importação e incentivos à instalação de empresas estrangeiras. Apesar de ter feito o dever de casa, segundo a revista, a economia mexicana cresceu apenas 1,1% em 2013, em contraste com a brasileira que cresceu mais que o dobro, 2,3%, refletindo as limitações da liberalização da economia e a crise econômica estadunidense, principal parceiro comercial do país.*

### **Referências:**

- Carta Capital – **O triunfo da paranoia** – 19/02/2014
- Correio Braziliense – Opinião: **Hora e vez da diplomacia** – 20/02/2014
- Correio Braziliense – Opinião: **Disputa com os EUA, negócios com a Europa** – 24/02/2014
- Folha de S. Paulo – Opinião: **Pequena Diplomacia** – 23/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **A ditadura contagia** – 16/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **A Aliança do Pacífico avança** – 16/02/2014.
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Mercosul, cúmplice de Maduro** – 18/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **O comércio e os alvos errados** – 18/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Perdendo o melhor mercado** – 22/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Brasil, UE e o Mercosul atolado** – 26/02/2014
- O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Ela fala pelo Brasil** – 26/02/2014
- O Globo – Opinião: **Equívocos na construção do Mais Médicos** – 20/02/2014
- O Globo – Opinião: **Risco de explosão aumenta** – 20/02/2014



## Observatório de Política Externa Brasileira

O Globo –Opinião: **Brasil não pode ser cúmplice da violência** – 26/02/2014

Veja – Carta ao Leitor: **O PAC funciona. Em Cuba.** – 05/02/2014

Veja – Internacional: **Se é bom, por que é secreto?**– 05/02/2014

Veja – Brasil: **A S.A dos escravos de branco** – 12/02/2014

Veja – Brasil: **A capataz dos médicos cubanos**– 19/02/2014

Veja – Internacional: **Violência estatal** – 26/02/2014